

Ilustração e Revolução em Portugal e na América Portuguesa

Francisco J. Calazans Falcon

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 521-526

Ilustração e Revolução em Portugal e na América Portuguesa

Francisco J. Calazans Falcon'

O objetivo deste ensaio é retomar certas questões teórico-metodológicas presentes nos estudos e debates sobre a natureza e circulação das "novas ideias" características do Setecentos - as ideias ilustradas e/ou revolucionárias - associadas ao "Humanismo" e à "Revolução". A este objetivo mais geral desejamos somar outro, específico, ou seja, o de retomar o nosso antigo diálogo com os trabalhos de Luís Oliveira Ramos cujos interesses e perspectivas têm sido também, em boa medida, os nossos.

Quando da realização do Colóquio *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, em 1989 tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente o autor que já conhecíamos em função de seus trabalhos sobre as *Luzes* em Portugal: Luis A de Oliveira Ramos. Foi este o início de uma amizade das mais gratificantes e embasada em interesses intelectuais comuns - nossas muitas dúvidas e indagações acerca da natureza concreta das "Luzes" luso-brasileiras e de seus percursos: meios de circulação, práticas repressivas, formas de recepção - a começar pelas variadas leituras dos textos reformistas e revolucionários em diferentes contextos metropolitanos e coloniais.

Um dos temas mais pesquisados por Oliveira Ramos foi o do conhecimento das formas assumidas pela circulação e recepção de livros proibidos em ambientes e circunstâncias específicos da sociedade lusa nas décadas de 1790 e 1800. Evidencia-se, a partir de tais estudos, que, apesar da Real Mesa Censória, a maior parte das obras proibidas podia ser conseguida com os livreiros estabelecidos em Portugal, ou através dos viajantes chegados a Lisboa, em ambientes os mais diversos: aristocráticos, eclesiásticos, militares. Ampliou-se muito, a partir daí, nosso conhecimento acerca dos antecedentes históricos gerais e das características próprias do movimento de ideias ligadas à questão das origens do liberalismo em Portugal.

O convívio com Oliveira Ramos foi para nós um incentivo poderoso no sentido da passagem das ideias da Ilustração às da Revolução. Da Época Pombalina, isto é, da análise das ideias ilustradas - e das respectivas práticas - em Portugal e no "Brasil Colônia", passamos ao estudo do período "pós-pombalino" onde encontramos, ainda, a presença de concepções e propostas iluministas - a começar pelos intelectuais ligados à Academia das Ciências de Lisboa - ao mesmo tempo que se avolumaram evidências da crescente importância que assumem as "novas ideias", ou "ideias francesas", associadas às "Revoluções" - a francesa e a das colônias inglesas -, tanto na metrópole como na colônia.

Pretendemos neste trabalho abordar três tópicos relativos ao estudo e pesquisa da presença dessas "novas ideias" no "Brasil Colônia", sendo dois deles de caráter teórico-metodológico e o terceiro ligado aos resultados recentes da produção historiográfica. Trata-se, em suma, de sublinhar: a "condição colonial", a noção de "influência", e os livros e suas leituras na América Portuguesa.

1- Durante muito tempo a historiografia brasileira ignorou ou não deu maior importância às possíveis implicações da **diferença** resultante da **condição colonial** sobre a recepção de ideias e práticas do reformismo ilustrado e, mais ainda, das "novas ideias" (francesas/revolucionárias), por

* PUC-Rio

parte das elites coloniais, especialmente seus intelectuais, ou "letrados". Todavia, essa especificidade do "viver em colônias", tão conhecida através do texto de Vilhena - misto de constatação e queixa -, era há muito percebida, provavelmente desde o século XVII pelo menos. Não há assim, portanto, como „escamotearmos o fato da "situação colonial" da América Portuguesa nem, tampouco, se perder de vista algumas das suas características mais diretamente ligadas à história das ideias: as diferenças regionais, a composição da sociedade colonial, as leituras e representações provavelmente distintas tanto dos textos oficiais como dos livros disponíveis, sobretudo aqueles "proibidos".

A *América Portuguesa* era a denominação de um espaço geopolítico ao qual faltava uma verdadeira unidade. As imensas distâncias geográficas, a escassez e precariedade das vias de comunicação e dos meios de transporte favoreceram a constituição de vários centros ou núcleos político-econômicos e culturais, precariamente ligados entre si - a ideia da existência de vários "brasis" talvez represente de modo mais adequado essa realidade plural da Colônia. Resulta desta constatação a necessidade de se considerar as ideias e as manifestações culturais do ponto de vista das realidades locais e/ou regionais - e suas relações com a metrópole.

A **sociedade colonial** era constituída por três categorias básicas: a dos colonizadores, a dos colonos e a dos colonizados. Para aquilo que ora nos interessa - a circulação e recepção das ideias - é fundamental, entre os "colonizadores", o papel dos funcionários ou agentes da Coroa - a *burocracia!* colonial, e, entre os *colonos*, o dos proprietários de terras (e escravos) e os *letrados*. A respeito de tais setores é que se faz necessário distinguir em termos de atitudes e leituras, quer em face das práticas e textos "oficiais", isto é, oriundos da metrópole, quer diante de obras impressas entradas na Colônia. Muito mais difícil vem a ser, no entanto, tentar uma avaliação plausível a propósito dos efeitos da interação dos agentes do poder real, sobretudo daqueles situados nos níveis hierárquicos mais elevados, com os diversos segmentos das elites coloniais, do ponto de vista da circulação e leitura dos textos reformistas, geralmente *oficiais*, e daqueles de natureza *profana*, seculares, portadores das chamadas *novas ideias*, ou *ideias francesas*.

2- A questão dos efeitos da utilização mecânica e simplista da **noção de influência** na história das ideias *brasileiras* durante o período colonial é provavelmente uma das mais complexas e controvertidas no âmbito da historiografia respectiva. O cerne do problema, do nosso ponto de vista, não estaria propriamente na existência ou realidade da "influência" mas, sim, na maneira de trabalhar com esta noção. Com efeito, pensamos que tanto no caso de Portugal quanto no do *Brasil-Colônia* o primeiro dado a levar em conta é o da existência de várias mediações e refrações ao longo do processo mesmo de circulação das ideias, bastando aqui lembrar, como exemplos, Verney, em Portugal e Tomás António Gonzaga, nas Minas Gerais, ambos, aliás, no Setecentos.

Um segundo dado porém, muito mais importante ao nosso ver, é o fato da *situação colonial* da América Portuguesa, geradora da diferença essencial que impede que se coloque historicamente na mesma realidade a sociedade metropolitana e a colonial. Daí resultam os equívocos interpretativos tão frequentes no campo da historiografia das ideias no espaço-tempo luso-brasilico - uma vez ignoradas aquelas mediações acima citadas, e feita "tabula rasa" da diferença colonial, tudo pode ser explicado em termos de "influência (s)" pensada(s) como reflexo (s) ou prolongamento (s) de matrizes ideológicas europeias.

Claro está, a permanência da noção de "influência" não constitui fenômeno específico da historiografia das questões aqui abordadas. Analisamos o problema em outra oportunidade, quando discutimos a questão geral da "História das Ideias", citando então, inclusive, a conhecida alusão de Lucien Fèbvre às histórias de ideias *descarnadas*. A *influência* certamente existe, mas não como produto inevitável de uma metafísica - a da existência de uma natureza humana essencial, universal e eterna -, nem, tampouco, como efeito ou consequência de um processo único de natureza cultural - a chamada teoria difusionista.

O que aqui afirmamos é a necessidade de se abordar a *influência* numa perspectiva histórica, contextualizada, tentando apreender os caminhos seguidos pela circulação dos textos e perceber, se possível, os diversos sentidos produzidos pelos leitores em suas leituras. Quando se trata de ouvintes e/ou leitores coloniais não é pertinente imaginar que as injunções inerentes ao ser e estar em situação colonial nada influiriam sobre as formas de ler e interpretar os discursos presentes em

documentos e livros (ou panfletos), fossem estes permitidos ou proibidos.

Ao aludirmos à condição colonial, referimo-nos às muitas implicações do *viver em colónias*, a começar, talvez, pela mobilidade, dispersão e instabilidade da população e, ainda, sua diversidade. A partir daí é que emerge a categoria dos *colonos* cujas tomadas de consciência regionais precediam sua identificação como *brasileiros*, num processo lento, difícil, não isento de ambiguidades, de tomada de consciência, em primeiro lugar, da situação colonial. Às visões das colónias como prolongamentos das metrópoles *contrapunha-se a realidade da colonização, que ia configurando formas sociais muito diferentes e em certo sentido negadoras da Europa moderna. De fato, a colónia é tão diversa da metrópole, quanto a região dependente o é da dominadora...*

Baseando-nos em pressupostos como os que se depreendem das citações acima, quisemos não apenas sublinhar o quanto uma *história do cotidiano e da vida privada* pode ser decisiva para a compreensão do *viver em colónias* mas, também, apontar para a importância de se repensar, a partir daí, a realidade das *leituras coloniais* dos textos portadores das ideias iluministas e sediciosas, ou *revolucionárias*.

3- livros, leitores e leituras na América Portuguesa

Em primeiro lugar, os livros. Sabe-se, não é de hoje, que a existência de livros em bibliotecas de instituições religiosas e em mãos de alguns poucos letrados coloniais é um fato evidente, sobretudo no setecentos, havendo já vários estudos a esse respeito. Trata-se aí do tipo de estudo mais antigo a respeito do acervo bibliográfico colonial - a descrição dos títulos e autores existentes em algumas bibliotecas coloniais, em particular aquelas pertencentes aos *Inconfidentes*. O método interpretativo mais utilizado em tais casos é relativamente simples: constatada a presença de obras de autores ímpios ou heréticos, ou apenas suspeitos, o historiador deduz, ou lança hipóteses, acerca da provável simpatia ou interesse do proprietário dessas obras pelas ideias nelas contidas.

O caráter incipiente e insatisfatório das conclusões assim obtidas, do ponto de vista de uma autêntica história das ideias, conduziu os historiadores, aos poucos, a pesquisarem em outras direções, visando, por um lado, o processo de circulação dos livros, ou seja, o acesso às obras impressas pelos consumidores/leitores coloniais e, por outro, as características destes leitores e suas leituras, questões estas que constituem hoje o principal tema de investigações recentes.

O processo de circulação dos livros tem sido estudado, de um modo geral, em função de dois vetores básicos: censura e comércio. A censura de obras, quer para efeito de autorização da sua publicação, quer para autorizar sua entrada - e circulação no país - permite ao historiador, a partir da análise dos respectivos processos, a perspectiva dos títulos, autores, e opiniões dos censores, sobretudo a partir da documentação da Real Mesa Censória. Talvez bem mais importantes para o conhecimento da Colónia sejam os estudos sobre o comércio de livros em Lisboa e no Rio de Janeiro, aí incluídos os comerciantes franceses. Em função dos resultados das investigações neste setor da cultura colonial obteve-se um conhecimento mais razoavelmente preciso dos títulos mais solicitados e/ou vendidos, ao mesmo tempo que algumas luzes foram lançadas sobre a natureza do público leitor. Evidenciou-se, além do mais, que boa parte das encomendas de livros era encaminhada diretamente a livreiros de Lisboa. Sabemos, assim, hoje, que havia muito mais livros e leitores na Colónia - especialmente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Salvador - do que se supunha algumas décadas atrás.

Tentar conhecer melhor quem eram esses leitores vem sendo uma direção de pesquisa bastante rica e promissora. Aqui o principal método consiste no levantamento e análise de uma grande quantidade de testamentos *post mortem* e inventários nos quais estão arrolados em quantidades ora maiores, ou menores, como bens importantes, os títulos dos livros possuídos pelo defunto. Merecem destaque, neste particular, as contribuições de Jorge de Souza Araújo e Luiz Carlos Villalta, entre outros. Pode-se, então, a partir de tais investigações, avaliar de maneira mais precisa, por exemplo, as proporções, caso a caso, entre as obras *sagradas* e as *profanas*, numericamente minoritárias, ou ausentes estas últimas. Não se trata ainda, é forçoso reconhecê-lo, de respostas a todas as questões suscitadas na mente do historiador pelas listagens dos acervos bibliográficos coloniais, embora já represente um grande avanço podermos saber em muitos casos quem possuía o quê, nas Minas do Setecentos.

Conhecer os leitores, ainda que de modo insuficiente, é somente um primeiro passo. Conhecer suas leituras, eis a questão crucial; e é nesta direção que mais têm avançado as pesquisas nestes últimos anos, a começar pelos trabalhos desenvolvidos por Marisa Lajolo e Regina Zilberman sobre a "formação da leitura no Brasil", e o *Projeto Memória de Leitura*, do qual participa Márcia Abreu, tendo como objetivos "resgatar a construção e o registro de uma história da leitura como prática social, do livro brasileiro e do português..".

Já podemos dispor de um certo número de trabalhos cujos autores buscam estabelecer algumas das características, quer do leitor, quer da leitura, no contexto colonial. Situam-se nesta perspectiva os textos de Jorge de Souza Araújo - sobre o perfil do leitor interessado em artes e letras, de José Horta Nunes - acerca do imaginário da leitura, de Márcia Abreu - a respeito das maneiras de ler, de Villalta, sobre os leitores e usos dos livros na América Portuguesa, e, ainda, as lúcidas observações de Hansen a respeito dos pressupostos retóricos e teológicos que constituem as premissas indispensáveis a toda leitura até, pelo menos, 1755.

No bojo dessas novas direções de pesquisa acha-se também inscrita a preocupação com a importância considerável da oralidade e, ao mesmo tempo, com as formas assumidas concretamente pela alfabetização, ou *o domínio das letras*, temas reunidos por Villalta no capítulo que escreveu para a História da Vida Privada no Brasil - "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", e trabalhados também por Álvaro Antunes e Renato Venâncio.

Talvez o leitor mais exigente considere que é ainda relativamente pouco o que sabemos sobre os livros, os leitores e as leituras coloniais, sobretudo se tivermos presente o fato de que os principais trabalhos se concentram na sociedade das Minas Gerais, no Setecentos. Todavia, seria difícil não se reconhecer a importância dos avanços já realizados, sobretudo a partir dos anos 80. Bastanos lembrar que os progressos das pesquisas tornaram possível uma guinada decisiva - do arrolamento de bibliotecas para o (re) conhecimento de segmentos significativos do universo de leitores; de suposições mais ou menos bem fundadas a respeito das ideias dos proprietários de um pequeno número de bibliotecas em função da presença ou não de certas obras/autores entre os livros que as compunham, para uma visão ampliada de circulação e posse de obras impressas e, mais ainda, para o questionamento das próprias leituras, aqui incluídos os processos de alfabetização e as diversas modalidades de leitura.

Finalmente, cabe assinalar que a entrada em cena das chamadas *novas teorias* sobre o império luso-brasileiro não pôde evitar, até o presente momento, o reconhecimento da realidade do *viver em colônias* como categoria-chave diferencial para a história das ideias no Brasil setecentista.

Niterói, 15 de julho de 2002.